



Boletim Nro 205 - Agosto 2014

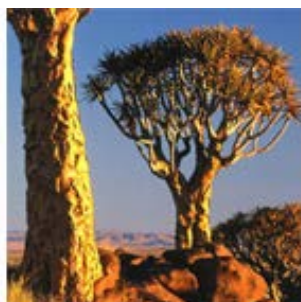
NOSSA OPINIÃO



As raízes de uma floresta

Em março deste ano, mais de 100 organizações do mundo enviaram uma carta à FAO apelando para que mudasse sua definição enganadora de florestas. A FAO aplica uma definição reducionista, que tem como único critério a presença de árvores e desconsidera a floresta como terra onde vivem e do qual dependem diferentes tipos de flora e fauna, e também comunidades locais. Segundo a definição da FAO, chamam-se ‘florestas’, por exemplo, as vastas monoculturas de eucalipto de rápido crescimento, manejadas com produtos tóxicos.

A DIVERSIDADE DE LUTAS PARA UMA DIVERSIDADE DE FLORESTAS



As florestas que não aparecem nas fotos de cartão-postal: um olhar para fora do cinturão tropical

Ao falar de “florestas tropicais”, a maioria dos estudos, campanhas e políticas se concentra naquelas localizadas ao longo da linha do equador: a Floresta Amazônica, a Bacia do Congo ou as florestas do Sul e do Sudeste da Ásia. Não é para menos, pois as florestas tropicais úmidas estão sendo cada vez mais fragmentadas, saqueadas e destruídas pelo mantra do chamado “crescimento econômico”. No entanto, existe uma abundante variedade de florestas, muitas vezes desprezada, na qual os saques e o desmatamento também vêm deixando marcas profundas.

Florestas de Moçambique em Extinção



Moçambique era um país rico em florestas. Atualmente, não só não pode ser considerado rico, mas também suas florestas estão em risco de desaparecer, a menos que se tomem medidas específicas, urgentes e radicais. O ProSavana, um programa que promove o agronegócio, ameaça uma das florestas nativas mais importantes do país: a savana. Esse programa visa a ocupar mais de 14 milhões de hectares e está sendo realizado sem qualquer conhecimento ou participação da sociedade civil moçambicana, nem dos agricultores aos quais supostamente se dirige.

Páramos na Colômbia: uma breve reflexão sobre as ameaças e resistências



atuais

O páramo colombiano, um sistema de vida das altas montanhas andinas, abriga mais da metade da área de páramos no planeta. Apesar de representarem uma zona de vida fundamental para a sobrevivência de milhões de pessoas no campo e na cidade, os páramos da Colômbia estão sendo transformados, deteriorados e, mais do que isso, exterminados em função dos interesses transnacionais de exploração e extração. Para defendê-lo, as comunidades camponesas vêm protestando, marchando, bloqueando e denunciando esse modelo extrativista e, ao mesmo tempo, têm construído alternativas a partir de um modelo de produção agrário, protetor e cuidador de seus territórios.



Rússia: como combinar conservação da floresta com o uso tradicional da natureza?

A categoria de “Territórios de uso tradicional da natureza”, da legislação russa, tem como objetivo conservar a biodiversidade das florestas de “taiga” ou boreais. Essa lei poderia proteger legalmente a maioria dos territórios indígenas na Rússia, mas a realidade é outra. Muitas terras “ancestrais” foram concedidas para a extração industrial de recursos naturais, como petróleo, gás, ouro ou diamantes.



Índia: as lutas florestais na encruzilhada

Na Índia, as comunidades florestais, os movimentos sociais e alianças de base há muito defendem as florestas e seu acesso e controle sobre estas. Mas as lutas têm endurecido cada vez mais. O atual governo iniciou um processo para diluir a mais forte (e, portanto, mais controversa) lei ambiental da Índia: a Lei dos Direitos sobre a Floresta. Apesar das críticas, os movimentos sociais locais têm se concentrado muito na implementação dessa lei, considerando-a não como um processo burocrático, mas uma longa luta popular para o controle das florestas.



As florestas costeiras, ameaçadas pelo turismo

Em costas tropicais e subtropicais da América Latina, especialmente no México, no Brasil, e na maioria dos países da América Central e do Caribe, o desenvolvimento da atividade turística vem destruindo e degradando florestas costeiras. A construção de hotéis e casas de veraneio, projetos de infraestrutura para facilitar o acesso ao mar ou a imposição de outros ambientes para satisfazer a “paisagem turística”, geram um dano ecológico de enormes dimensões e a destruição de culturas e meios de subsistência para as populações que deles dependem.

POVOS EM AÇÃO

- Campanha “Não ao ProSavana” na África do Sul
- Declaração da Cúpula dos Povos da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral: “Rejeitamos falsas soluções para as mudanças climáticas, como o REDD+”
- VI Conferência de Páramos e altas montanhas na Colômbia, Água para a Vida!
- Caravana pela justiça climática, gênero e soberania alimentar cruzando Bangladesh, Índia e

Nepal

- Abaixo-assinado contra a perseguição à defensora da terra e da água no Peru: Água, sim, mina, não!

RECOMENDADOS

- Paraguai: Soja transgênica e violação dos direitos humanos. Após o golpe, vai se consolidando o poder real das transnacionais
- Grupos de mulheres se encontraram em paralelo à Cúpula dos Chefes de Estado da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (14 a 18 de agosto)
- Quando as florestas não são realmente florestas: o alto custo das plantações de árvores do Chile
- A African Biodiversity Network lançou o documentário “A maldição da Mineração: Sítios Naturais Sagrados sob cerco”
- O “Estado dos Rios do mundo”, site da ONG International Rivers, ilustra a situação alarmante da Bacia do Rio Mekong.

NOSSA OPINIÃO

As raízes de uma floresta



Em março deste ano, mais de 100 organizações do mundo enviaram uma carta à FAO apelando para que essa instituição da ONU mudasse sua definição enganadora de florestas (1). A FAO aplica uma definição reducionista, que tem como único critério a presença de árvores e desconsidera a floresta como terra onde vivem e do qual dependem diferentes tipos de flora e fauna, e também comunidades locais. Segundo a definição do FAO, chamam-se ‘florestas’, por exemplo, as vastas monoculturas de eucalipto de rápido crescimento, manejadas com produtos tóxicos.

Dois pesquisadores ligados ao Centro para Pesquisa Florestal Internacional, CIFOR, também argumentam que isso é algo inaceitável, em um artigo na revista Biotrópica, chamado “Futuros de Florestas Tropicais” (2). Eles mostram que a definição da FAO sugere que há regiões no mundo onde ‘ganhamos’ áreas de ‘florestas’

quando se introduzem monoculturas industriais de árvores em áreas onde antes não havia uma vegetação com domínio de árvores. São, por exemplo, áreas de cerrado ou pastagens naturais, ecologicamente tão excepcionais e ricas quanto as florestas. A conclusão é clara: é preciso mudar a atual definição de florestas para algo bem mais de acordo com a realidade.

Mas como fazer isso? Os pesquisadores citados defendem outra referência para falar de floresta. Em inglês, chamam de ‘old growth forest’, algo como ‘uma floresta que teve bastante tempo para crescer’. Seria uma área onde as árvores naturalmente regeneradas têm mais idade do que o tempo dos ciclos de corte usados na lógica da produção de um volume sempre maior de madeira, e com muito mais diversidade do que em florestas manejadas para extração de madeira. A nova referência resultaria, segundo os autores, em florestas capazes de resistir melhor a choques ambientais e outros fatores de estresse, algo bastante pertinente em tempos de mudanças climáticas.

É bem verdade que o ciclo de corte aplicado às monoculturas de árvores é curto. Mesmo que empresas de eucalipto façam campanhas com lemas como “Nosso futuro tem raízes”, como a Aracruz Celulose (a atual Fibria) fez no Brasil anos atrás, ninguém se engana: o ciclo de corte na monocultura de eucalipto, por exemplo, pode ser, hoje em dia, de incríveis 2 anos – para plantações com fins de energia – ou de 5 a 7 anos – para fins de celulose. O tempo do corte seletivo de árvores centenárias para obter madeira em áreas do chamado ‘manejo florestal sustentável’ gira em torno de apenas 15 a 30 anos, levando também à destruição da floresta, apenas de uma forma mais lenta (veja [Boletim 197 do WRM](#)).

Os pesquisadores do CIFOR também lembram que, até agora, quem discute e define o futuro de áreas de floresta tropical no mundo muitas vezes vem de fora. O modelo de plantação de monoculturas de árvores para obter madeira surgiu na Europa e levou, inicialmente, à criação do curso universitário de engenharia florestal. Um olhar mais local evitaria a tentativa, por parte de empresas e consultores de fora, de generalizar argumentos frágeis, até mesmo mentirosos. Por exemplo, o argumento de que introduzir a ‘floresta’ de monocultura industrial de árvores reduziria a pressão sobre as florestas (nativas). Os pesquisadores mostram que essa afirmação só se revelou certa no caso de Nova Zelândia, mas se mostrou falsa em relação a outros países com outros contextos. Há muitos anos, organizações que apoiam as lutas contra as monoculturas industriais de árvores, incluindo o WRM, já estão dizendo isso.

Para as florestas terem futuro, os pesquisadores defendem que é preciso enxergar as funções essenciais que elas cumprem e reconhecer seus múltiplos benefícios. Significa que não só é necessário ampliar o olhar do engenheiro florestal – geralmente voltado apenas a maximizar a produção de madeira – mas também envolver outros olhares, considerando as múltiplas dimensões das florestas – sociais, culturais, inclusive religiosas, e ecológicas. Os pesquisadores defendem, inclusive, que as florestas precisam ser pensadas e manejadas também por aqueles que de fato vivem na região, inclusive pelas comunidades locais que delas dependem. Mas, conforme o WRM e outras organizações têm mostrado, um importante entrave a isso tem sido as relações de poder muito desiguais, injustas, levando à violência. Um pequeno grupo de interesses privados, politicamente influentes, sempre busca enfraquecer comunidades locais nas suas lutas árduas para evitar a destruição da floresta.

Este boletim busca contribuir não só para mostrar o valor das florestas, a devastação e as lutas de resistência, mas também para lembrar a diversidade de florestas que existe. Qualquer uma dessas florestas tem se mostrado capaz de criar raízes suficientes para resultar em um ambiente benéfico onde comunidades também possam criar suas raízes.

Talvez isso exemplifique bem a mensagem dos pesquisadores da CIFOR, mas, dito de outra forma, uma floresta, para ser floresta, precisa criar raízes. É isso que faz com que comunidades locais também possam criar suas raízes no local e estabelecer uma relação de convivência com a floresta. Onde há monoculturas ou

outros tipos de manejo intensivo, com ciclos de rotação curtos e destrutivos, é óbvio que não há como criar raízes, nem mesmo com propagandas artificiais de efeito como já tentou fazer a Aracruz Celulose.

O problema é que aquelas poucas pessoas que definem o futuro das florestas hoje não enxergam bem isso, e são, de certa forma, cegas quando só têm olhos para a produtividade da madeira acima do solo e para o lucro que pode ser obtido com ela em mercados externos. Mas, há muito tempo, as milhões de pessoas que dependem das florestas já sabem da importância que elas têm na sua vida e, por isso, travam suas lutas diárias para defendê-las.

(1) Carta aberta à FAO, WRM, <http://wrm.org.uy/es/todas-las-campanas/carta-abierta-a-la-fao-en-ocasion-del-dia-internacional-de-los-bosques-21-de-marzo-de-2014/>

(2) Putz, Francis and Claudia Romero. “Futures of Tropical Forests”, *Biotrópica* 46 (4): 495-505, 2014. <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/btp.12124/abstract>

[index](#)

A DIVERSIDADE DE LUTAS PARA UMA DIVERSIDADE DE FLORESTAS

As florestas que não aparecem nas fotos de cartão-postal: um olhar para fora do cinturão tropical



Ao falar de ‘florestas tropicais’, a maioria dos estudos, campanhas e políticas se concentra naquelas localizadas ao longo da linha do equador: a Floresta Amazônica, a Bacia do Congo ou as florestas do Sul e do Sudeste da Ásia. Não é para menos, pois as florestas tropicais úmidas estão sendo cada vez mais fragmentadas, saqueadas e destruídas pelo mantra do chamado ‘crescimento econômico’ (ver [Boletim 188 do WRM](#)). Isto levou a consequências devastadoras e de importância global, porque essas florestas concentram a maior parte da diversidade biológica global, abrigam os ciclos vitais – como os da água e do ar – e coexistem com uma imensa pluralidade de povos e culturas.

No entanto, existe uma abundante variedade de florestas, muitas vezes desprezada, na qual os saques e o desmatamento também vêm deixando marcas profundas. O clima, o solo, a altitude, os níveis de umidade, entre outras variáveis, determinam diferentes biodiversidades e florestas que, por sua vez, cumprem um papel fundamental para com as populações que delas dependem. Por exemplo, existem florestas com árvores que têm folhas como agulhas, vegetação aberta em regiões áridas, com matos lenhosos, com nuvens ao nível da

vegetação, com terrenos pantanosos, etc. Muitas dessas ‘outras’ florestas não são as primeiras a aparecer em cartões postais. No entanto, além de ter importância vital para a biodiversidade e as economias locais, muitas vezes, elas estão ainda mais ameaçadas por índices de desmatamento superiores aos das florestas tropicais úmidas.

As florestas mais ameaçadas do Brasil

As florestas da Amazônia brasileira tomaram definitivamente as manchetes em todo o mundo. Mas, na realidade, o cerrado, ou savana brasileira, e a caatinga (região de arbustos semi-árida) estão entre as áreas mais ameaçadas do país. No caso do cerrado, a crescente expansão do agronegócio, com monoculturas como soja, cana de açúcar e eucalipto, o que acarreta o uso intensivo de pesticidas e maquinário pesado, além da atividade pecuária, com suas vastas pastagens, elevaram os níveis de desmatamento acima dos da Amazônia. A indústria agropecuária é a causa direta da destruição de mais de 50% da área do cerrado nos últimos 35 anos, causando, também, fragmentação de habitats, invasão de espécies exóticas, extinção da biodiversidade, erosão de solos, poluição das fontes de água e alteração dos regimes de queimadas (1). Além disso, a mineração, cada vez mais predominante na região, está acelerando seu desaparecimento (2). Mas, acima de tudo, essas indústrias causaram a expulsão de inúmeras comunidades tradicionais, incluindo indígenas e camponesas, e a contaminação de seus territórios.

As populações locais que têm resistido ao avanço do agronegócio desempenham um papel extremamente importante na defesa das florestas de cerrado remanescentes (ver [artigo do Boletim 195 do WRM](#) e [Rede Cerrado](#)). Mas a concentração de terras é acelerada. Como denunciou Sergio Schlesinger, do Fórum Brasileiro de ONGs, “as famílias que viviam da agricultura familiar, do manejo florestal, estão sendo expulsas. A poluição do solo e das águas obriga as pessoas vizinhas as grandes plantações a se mudarem”.(3)

Com o foco na Amazônia, as políticas governamentais têm ignorado a necessidade de frear o agronegócio nas áreas de cerrado como medida obrigatória para evitar sua destruição. Na direção oposta, o Código Florestal Brasileiro, por exemplo, exige que as áreas agrícolas preservem apenas 35% de reserva legal no cerrado, enquanto esse percentual sobe para também insuficientes 80% nas florestas tropicais úmidas da Amazônia. Pior ainda, as políticas tendem a premiar as empresas que incorporam discursos de ‘sustentabilidade’, ao mesmo tempo em que se acusa o pequeno agricultor de ser o principal causador do desmatamento. “Enquanto os grandes produtores realizam grandes desmatamentos sem serem incomodados, os pequenos são cobrados por qualquer mudança mínima no ambiente. Hoje, a lei é muito cobrada do pequeno, que não pode derrubar uma árvore”, diz Rosane Bastos, da Rede Cerrado (4). Além disso, a aprovação de cultivos geneticamente modificados de soja ou de algodão, ao reduzir os custos de produção, funciona como incentivo para expandir o agronegócio em áreas de cerrado.

Um deserto com florestas? As florestas secas da Namíbia

Ao pensar no deserto da Namíbia, um dos mais antigos do planeta, não se pensa em florestas. Contudo, além das amplas planícies de areia grossa e dunas que se estendem ao longo da costa do país, o deserto tem florestas chamadas ‘secas’ ou savanas de vegetação aberta (5). Essas florestas abrigam uma fauna e uma flora únicas e são uma importante fonte de subsistência para as populações locais. A planta do !Nara, por exemplo, não só fornece frutas e sementes nutritivas a povos indígenas, como os Topnaars, como também suas raízes e seus caules estabilizam as areias movediças das dunas.

Infelizmente, ao longo da costa desértica também se encontram extensos depósitos de urânio, que situaram a Namíbia como quinto maior exportador do mundo em 2012. Atualmente, existem duas minas em operação no país: a Rössing Uranium, da gigante Rio Tinto, que é a terceira maior mina a céu aberto do mundo, e a Langer Heinrich, da empresa australiana Paladin Energy. A mineração põe em alto risco a biodiversidade única das

florestas secas do deserto e afeta gravemente a saúde dos trabalhadores das minas (6) e das comunidades locais e indígenas, devido à grave poluição das fontes de água e do solo, bem como à poeira e aos produtos químicos radioativos liberados no ar durante a extração e o processamento do minério (7).

O urânio da Namíbia é extraído, triturado, transportado e exportado como óxido de urânio concentrado para usinas nucleares localizadas na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos e no Japão. Ironicamente, nesses países, a energia nuclear que suas centrais produzem é classificada como energia ‘verde’ e ‘livre de emissões de carbono’.

Em direção ao polo norte: as florestas boreais do Canadá

A gigantesca infraestrutura necessária para extrair areias betuminosas – depósitos de petróleo, areia e argila que formam uma substância parecida com o asfalto, chamada de betume – em Alberta, no Canadá, desmatou e poluiu milhares de hectares de florestas boreais. As florestas boreais são extremamente diversificadas, com cadeias de montanhas, planícies de florestas, pântanos e turfeiras, florestas de coníferas (árvores com folhas em forma de agulha) e mistas, e milhões de cursos d’água. Além disso, são o lar de muitos povos indígenas ou ‘Primeiras Nações’ (8), incluindo as de Cree, Athabasca Chipewyan, Fort McMurray, Fort McKay Cree, Beaver Lake Cree, Chipewyan Prairie e as comunidades de Metis, cujos meios de vida e subsistência estão ameaçados pela extração das areias betuminosas. As operações de mineração e transporte fizeram com que a taxa de desmatamento nessa área seja a segunda mais alta do mundo (9). Também foi relatado que mais de cinco milhões de galões de águas residuais vazam anualmente para lagos, rios e águas subterrâneas, afetando gravemente a saúde de comunidades vizinhas e das que dependem de águas a jusante, bem como a flora e a fauna.

Para além dos impactos nas áreas de mineração, a devastação aumenta exponencialmente com a infraestrutura que está sendo construída em toda a região norte-americana para abastecer o enorme tráfego de exportação e consumo de petróleo. No entanto, alguns oleodutos e gasodutos planejados vêm enfrentando fortes resistências e a crítica de populações locais e campanhas internacionais. O Energy East, o maior oleoduto proposto para transportar areias betuminosas, passaria perto ou através dos territórios de 155 comunidades indígenas, ou ‘Primeiras Nações’, e afetaria a subsistência de centenas de pescadores das costas do Atlântico (10). Sua construção ainda está em debate.

A extração em Alberta também está violando o Tratado 8, que foi assinado em 1899 entre as ‘Primeiras Nações’ e a Rainha Victoria da Inglaterra. O Tratado garante direitos básicos como saúde e educação, bem como o direito de manter seus modos tradicionais de vida, incluindo uso de caça e colheita. Se decidisse reduzir o tamanho desses territórios, o governo teria obrigação de consultar as ‘Primeiras Nações’ afetadas. De acordo com o próprio Tratado, o acordo continuará válido “enquanto o sol brilhar, a grama crescer e os rios seguirem seu curso” (11). A infraestrutura para o transporte de combustível também afetará outras áreas fora do Tratado.

Este artigo procurou, a partir de exemplos de três continentes diferentes, lembrar a importante diversidade das florestas e a importância de cada uma delas. Uma diversidade tão ampla que seria impossível dar conta dela neste boletim. As florestas e as pessoas que vivem com elas guardam enormes ensinamentos que lhes permitiram se manter, abrigar-se, aproveitar-se e se valorizar mutuamente. A intervenção cada vez maior de indústrias, como agronegócio, mineração ou combustíveis fósseis, guiada pelo modelo econômico dominante, gera uma situação alarmante para as florestas. Mudar esse modelo dominante, que ameaça a vida no planeta, é um imperativo. Não nos esqueçamos de que as florestas, com toda a sua diversidade, desempenham um papel fundamental no equilíbrio da vida e que, ao ouvir, respeitar e aprender com as milhares de comunidades que mantêm uma convivência harmoniosa com elas, seremos capazes de encaminhar a tão necessária

transformação.

- (1) A Conservação do Cerrado brasileiro, Carlos Klink and Ricardo Machado, www.equalisambiental.com.br/wp-content/uploads/2013/02/Cerrado_conservacao.pdf
- (2) O Cerrado e suas atividades impactantes: Uma leitura sobre o garimpo, mineração e a agricultura mecanizada, Paula Arruda and Lucía Vera, <http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/3edicao/n7/2.pdf>
- (3) Repórter Brasil, Ser “celeiro do Brasil” devasta o Cerrado, Iberê Thenório, <http://reporterbrasil.org.br/2006/08/ser-celeiro-do-brasil-devasta-o-cerrado/>
- (4) Idem.
- (5) A Forest Research Strategy for Namibia (2011 – 2015), Minister of Agriculture, water and forestry, www.mawf.gov.na/Documents/Forest%20Research%20Strategy.pdf
- (6) Study on low level radiation of Rio Tinto’s Rossing Uranium mine workers, 2014, EJOLT and Earthlife Namibia, <http://www.criirad.org/mines-uranium/namibie/riotinto-rossing-workers-EARTHLIFE-LARRI-EJOLT.pdf>
- (7) Namibia’s Rossing – Rio Tinto mine causes environmental and health problems, 2014, EJOLT and Earthlife Namibia, <http://www.ejolt.org/2014/05/namibias-rossing-rio-tinto-mine-causes-environmental-and-health-problems/>
- (8) First Nations in Canada are indigenous peoples that do not include the Inuit or Métis.
- (9) Northern Rockies Rising Tide, <http://northernrockiesrisingtide.wordpress.com/tar-sandkearl-module-faq/>
- (10) Oil Sands Truth, <http://oilsandstruth.org/opposition-mounting-energy-east-export-pipeline-even-transcanada-files-official-application> ; Campaign against tar sands by Indigenous Environmental Network: www.ienearth.org/tarsands.html

[index](#)

Florestas de Moçambique em Extinção



Moçambique já foi rico em florestas. Actualmente não só não se pode considerar rico, como está em risco de desaparecer a não ser que se tomem medidas concretas, urgentes e radicais. Vários estudos produzidos nos últimos anos por organizações da sociedade civil e académicos, demonstram claramente que a manter o actual modelo de exploração florestal muito em breve teremos de alterar o discurso de que somos um país rico em recursos florestais, pois essa riqueza de que tanto nos gabamos está a ser derrubada e exportada de forma selvagem e descontrolada.

A grande diversidade de florestas de Moçambique é pouco conhecida. Alguns estudos estimam que dois terços das florestas de Moçambique são compostas por Florestas de Miombo, e que ocupam a maioria da região norte e parte da região centro. A seguir vem a Floresta Mopane, que vai da área do Limpopo até ao alto do Vale do Zambeze. (1)

Cada uma destas florestas cumpre um papel crucial para as comunidades rurais quem delas obtêm, vários produtos para sua subsistência, além das florestas contribuírem também com seu bem-estar cultural e espiritual.

As principais causas da actual situação insustentável em que se encontram as florestas nacionais são o corte ilegal, a fraca ou inexistente fiscalização, ilegalidades a todos os níveis, planos de manejo ineficientes ou inexistentes, a corrupção generalizada entre outros. A corrupção no sector florestal - alimentado por uma “demanda insaciável por madeira” por parte de empresas Chinesas (2) - e a todos os níveis, acreditamos ser a causa principal da inação perante tantos factos e evidências denunciadas pelas organizações da sociedade civil, académicos, jornalistas, etc. Várias são as denúncias de corrupção no sector de florestas que vemos nos media locais e pouco ou nada é feito.

Em Fevereiro de 2013, a Environmental Investigation Agency (EIA) lançou o relatório “Conexões de Primeira Classe – Contrabando, Corte ilegal de madeira e Corrupção em Moçambique” onde aponta que quase 50 por cento de toda a madeira indo de Moçambique para China é ilegal. O relatório detalha vários e graves casos de comércio ilegal e inclusive alega o envolvimento do actual Ministro da Agricultura nos negócios de exploração ilegal de madeira (2). No início do corrente ano, tivemos conhecimento de um comunicado de imprensa do Gabinete de Combate à Corrupção informando que as investigações levadas a cabo ilibam o Ministro destas alegações. Em que se baseou a investigação, como foi conduzida ou se foi de facto levada a cabo alguma investigação, nunca saberemos. O poder político em Moçambique é intocável e por muito públicas que sejam as alegações de corrupção, por muito evidentes que sejam os factos, pouco ou nada é feito com essa informação. Os casos vão se acumulando nas memórias da sociedade e dos poucos que ainda acreditam que é possível mudar o rumo que o país tem levado.

O último inventário florestal nacional é de 2007, e apesar de ter sido bastante contestado pela metodologia utilizada é o mais recente e aceite pelo governo. E nesse inventário, a taxa de desmatamento é estabelecida em 0.58%, correspondente a uma perda florestal anual de 219 mil hectares. Um estudo elaborado pela Universidade Eduardo Mondlane (3) e publicado em Fevereiro deste ano, concluiu que a situação não só piorou como houve um aumento de 88% de exploração ilegal desde 2007. O relatório também estima que em 2012, tenham sido cortados 900,000 metros cúbicos para consumo doméstico e mercados internacionais, excedendo massivamente os 320,000 metros cúbicos de corte licenciado para esse mesmo ano.

Para além desta exploração ilegal e insustentável, temos visto nos últimos anos um aumento nos investimentos e interesse em plantações de árvores exóticas com uma propaganda de ‘reflorestamento do país’. Algumas plantações já estão estabelecidas e em pleno funcionamento, resultando em vários problemas com as comunidades locais devido principalmente à usurpação de terras (4).

Infelizmente, muitos acreditam que estes projectos estão de facto a reflorestar o país, mas é preciso lembrar que estas plantações tem sérios impactos negativos sobre a biodiversidade, a água, as comunidades locais e os seus direitos à terra. A inconsciência e a ganância são tamanhas que se pretende transformar as nossas florestas nativas em ‘desertos verdes’.

ProSavanna: Abrindo mais caminho ao agronegócio

Para piorar a situação, surgem novas ameaças ao que resta das nossas florestas. Uma é o famoso programa

ProSavana, orientada para uma das importantes florestas nativas em Moçambique, a Savana. A Savana (também conhecida como Anhara em Angola e como Cerrado no Brasil) é uma região plana cuja vegetação predominante são as gramíneas, com árvores esparsas e arbustos isolados ou em pequenos grupos. Estas florestas são um bioma típico que predominam em regiões de clima tropical com uma estação seca acentuada.

O Programa do ProSavana é um programa de agricultura, entre o Japão, o Brasil e Moçambique, que supostamente vem para apoiar o desenvolvimento agrícola em larga escala. O Programa abrange as províncias de Niassa, Nampula e Zambézia, no Norte de Moçambique. Na área denominada “Corredor de Nacala” vivem acima de 4 milhões de pessoas, sendo a maioria diretamente dependente da agricultura camponesa para a sua subsistência. O ProSavana pretende ocupar mais de 14 milhões de hectares, fazendo uso do “conhecimento e experiência técnica” do Brasil e com a “tão generosa e desinteressada” ajuda do Japão.

O ProSavana foi desenhado e decidido ao mais alto nível, pretendendo replicar a experiência brasileira de um projeto anterior agrícola implementado pelos governos brasileiro e japonês no Cerrado do Brasil. Este projeto brasileiro, onde é praticada a agricultura em larga escala industrial de monoculturas (principalmente soja), levou a uma degradação do meio ambiente e a uma quase extinção das comunidades indígenas que vivem nas áreas afetadas (5). ProSavana, sem sequer considerar os tão bem documentados impactos sociais e ambientais da experiência brasileira, está sendo realizado sem qualquer conhecimento e participação da sociedade civil moçambicana nem dos camponeses para quem alegam ser o programa. O programa despreza a agricultura camponesa e concentra-se no agronegócio como a solução para todos os males. Como podem continuar a afirmar que é um programa para o desenvolvimento da agricultura camponesa se os próprios camponeses nem sequer sabem o que se pretende com o programa? Se um dos objectivos do mesmo é combater a agricultura itinerante que é o tipo de agricultura praticado pelos camponeses, como podem continuar a afirmar que é para os camponeses?

Durante mais de dois anos, nada se sabia do ProSavana além das notícias chegadas a nós via nossos parceiros internacionais, e graças a eles, finalmente em Abril do 2013, tivemos acesso a uma versão do Plano Diretor (Março, 2013), que em linhas gerais descreve o que será o ProSavana. Apesar do ProSavana ser apresentado como um programa de desenvolvimento, não é de maneira nenhuma para apoiar os agricultores de pequena escala, nem tão pouco desenvolver a agricultura camponesa. Pelo contrário, o Plano Diretor é claro. Está desenhado para o agronegócio, e tudo que vem junto ao agronegócio, assim como o controle da agricultura em Moçambique. E assim compreendemos a razão de se excluírem os camponeses e sociedade civil do processo de concepção, desenho e elaboração de um programa como este, não há como acomodar os interesses dos mesmos considerando que esse não é o objetivo deste programa.

Nos moldes em que está descrito no Plano Diretor antecipa ao maior caso de usurpação de terras em Moçambique, à destruição das nossas já tão massacradas florestas nativas, e vai crescer a instabilidade no país assim como os conflitos de terra, água e outros. Tudo só para dar lugar ao agronegócio.

Os camponeses elaboraram uma carta aos representantes do mais alto nível dos três países, o Presidente de Moçambique, Armando Guebuza, a presidente do Brasil, Dilma Rousseff e ao Primeiro Ministro do Japão, Shinzo Abe, a pedir a reflexão profunda e detenção do Programa ProSavana. A carta foi subscrita por inúmeros movimentos sociais, organizações não governamentais, incluindo a União Nacional de Camponeses (UNAC) e a Justiça Ambiental(JA!).

Apesar dos insistentes pedidos de resposta à esta carta, apesar das inúmeras ocasiões em que os representantes do nosso governo se pronunciaram a mencionar que estão a decorrer processos de diálogo, e que prezam o diálogo, a carta permaneceu ignorada por um ano. Não existe diálogo algum!

A 2 de Junho foi lançada a campanha “Não ao ProSavana”, seguida da “II Conferência Triangular dos Povos

de Moçambique, Brasil e Japão”, para reiterar o nosso compromisso de globalizar a luta dos povos contra o Prosavana. A conferência teve a participação de camponeses, organizações da sociedade civil dos três países, acadêmicos e governantes também dos três países. Durante a reunião, verificamos que o discurso dos nossos governantes mudou, mas não as suas ações, continuamos sem ter acesso aos documentos, continuamos a ouvir o mesmo discurso vazio de verdades, só conversa e nada de documentação.

Inúmeras vezes esclarecíamos que se trata de um problema com a concepção do programa em si mesmo, dos seus objetivos, e do modelo de desenvolvimento que julgamos inadequado. O Sr. Augusto Mafigo, camponês e presidente da UNAC, passou a mensagem da melhor forma possível, claro, simples e sem perda de tempo com floreios, “Nós não queremos o ProSavana”. Com a conferência conseguimos demonstrar uma vez mais que os povos estão unidos nesta luta, que não queremos este programa pelas razões já enumeradas, denunciando uma vez mais a forma errada em como tem sido desenvolvido o mesmo. Ficou igualmente claro que precisamos de começar urgentemente um diálogo claro, honesto e transparente de como apoiar e desenvolver a agricultura camponesa.

Anabela Lemos, anabela.ja.mz@gmail.com

Justiça Ambiental, JA!, <http://ja4change.org/index.php/pt/>

- (1) “Levantamento preliminar da Problemática das florestas de Cabo Delgado”, Daniel Ribeiro com Eduardo Nhabanga, <http://africa.redesma.org/publicaciones.php?ID=1963>
- (2) Conexões de Primeira Classe – Contrabando, Corte ilegal de madeira e corrupção em Moçambique, EIA, <http://macua.blogs.com/files/eia-first-class-connections---portuguese.pdf>
- (3) <http://www.fao.org/forestry/eu-flegt/85805/en/>
- (4) O avanço das monoculturas de árvores em Moçambique. Impactos sobre as comunidades camponesas na província de Niassa, World Rainforest Movement, <http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/o-avanco-das-monoculturas-de-arvores-em-mocambique-impactos-sobre-as-comunidades-camponesas-na-provincia-de-niassa/>
- (5) UNAC, <http://viacampesina.org/en/index.php/main-issues-mainmenu-27/agrarian-reform-mainmenu-36/1321-land-grabbing-for-agribusiness-on-mozambique-unac-statement-on-the-prosavana-programme>

[index](#)

Páramos na Colômbia: uma breve reflexão sobre as ameaças e resistências atuais



Humilde brota a água de líquens e pedras
como se saísse da alma da terra
uma enxurrada de sentimentos ...
(Efraín Gutiérrez Zambrano)

O páramo é um sistema de vida das altas montanhas andinas de países como Equador, Peru, Venezuela e Colômbia – sendo que este último abriga mais da metade da área de páramos no planeta. Na Colômbia, essa paisagem geralmente é composta de gramíneas, espeletia, alecrim, árvores anãs, depressões nubladas, cultivos, gado e camponeses encasacados, de bochechas vermelhas.

A importância dos páramos não é desconhecida dos colombianos, já que fornecem cerca de 70% da água à população. Precisamente, as condições ecológicas são adequadas ao nascimento de muitos rios importantes, como o Cauca, o Magdalena e o Meta, entre outros.

Além disso, o páramo tem sido historicamente uma área tocada e transformada pelos seres humanos. É onde aconteceram as vivências milenares de numerosas comunidades, que, por sua vez, têm desenvolvido várias formas culturais e de produção adaptadas às condições altoandinas.

Essas características são razões importantes para que os páramos sejam concebidos como uma zona de vida fundamental para a sobrevivência de milhões de habitantes do campo e da cidade. No entanto, os da Colômbia estão sendo transformados, deteriorados e, mais do que isso, estão desaparecendo.

Historicamente, os páramos da Colômbia foram territórios disputados, mas, nos últimos anos, têm sido promovidas políticas que favorecem o investimento estrangeiro no desenvolvimento extrativista. Hoje, mais do que nunca, isso ameaça sua estabilidade, seus processos ecológicos e as populações locais que o habitam e vivem dele.

Assim, eles estão experimentando uma rápida deterioração de suas condições ambientais. Uma deterioração muito mais rápida e irreparável do que a propiciada pela agricultura e pela pecuária extensivas. Em particular, a política do governo de Juan Manuel Santos I (2010-2014) e suas locomotivas de desenvolvimento, com a proposta de ter a mineração e a energia como principais motores do desenvolvimento do país, tentou entregar os páramos e as montanhas da Colômbia aos interesses transnacionais de exploração e produção.

Embora sejam legalmente protegidos na Colômbia, o Estado e empresas nacionais e estrangeiras têm ignorado a Constituição Política e a legislação nacional ao ampliar suas atividades nesses territórios. Felizmente, os

processos de resistência camponesa e urbana em diferentes áreas de nossas altas montanhas conseguiram não só denunciar e dar visibilidade aos numerosos abusos das empresas em seus territórios, mas também vêm interrompendo essas atividades destrutivas da vida e as expulsando.

As comunidades organizadas têm refletido sobre o território, encontrando linhas de ação eficazes para defendê-lo. A água tem sido o principal eixo articulador de suas lutas, e os grupos de mulheres (setor social especialmente vulnerável às ameaças extrativistas) têm se destacado por sua participação constante e suas reflexões propositivas. Especificamente, alguns processos altoandinos de resistência têm inspirado outras comunidades que enfrentam as mesmas ameaças em seus territórios.

Em 2010, após quase 20 anos de organização contra atividades de mineração no páramo El Almorzadero, a comunidade do município de Cerrito (Santander), articulada na “Comissão de Vigilância para a Proteção do Páramo”, conseguiu, através de um mecanismo de participação cidadã chamado Iniciativa Popular Normativa, que o Conselho Municipal de Cerrito excluísse o El Almorzadero da mineração. Esta iniciativa popular inspirou a implementação de mecanismos de participação em diversas regiões do país.

Outro dos casos mais representativos foi a organização e a mobilização massivas contra a exploração de ouro no páramo de Santurbán pela mineradora Greystar, hoje chamada Eco Gold Minerals Co. Essa mobilização atingiu até 40.000 pessoas em Bucaramanga e se somou a manifestações em Bogotá e Cúcuta, sendo liderada pelo Comitê em Defesa do Páramo do Santurbán, em 2011.

Além disso, desde 2013, as comunidades camponesas do município de Tasco vêm defendendo o páramo de Pisba (Boyacá) das atividades extrativistas da multinacional Hunza Coal. Camponesas e camponeses organizados acamparam ali durante 28 dias para impedir a entrada do maquinário da empresa. O acampamento tornou-se um espaço adequado para fazer as articulações necessárias e organizar ações que hoje continuam acontecendo para defender o território altoandino.

Portanto, para defender o páramo, as comunidades camponesas vêm protestando, fazendo manifestações, bloqueando e denunciando um modelo extrativista que tenta entregar as montanhas do país às transnacionais, em um esforço conjunto para expulsar as comunidades desses territórios. Paralelamente, construíram alternativas a partir de um modelo de produção agrícola, protetor e guardião de seus territórios, propuseram formas de ordenamento territorial que estejam de acordo com populações e regiões, exercendo o direito soberano de decidir sobre as vocações econômicas e produtivas desses territórios.

Exigimos que as montanhas altas sejam áreas livres e sejam excluídas de projetos de mineração e energia e de corporações transnacionais!

Que as montanhas altoandinas, suas águas e florestas nubladas continuem a coexistir com seus camponeses encasacados!

Censat Agua Viva- Amigos de la Tierra-Colombia

Para mais informações: www.censat.org

[index](#)

Rússia: como combinar conservação da floresta com o uso tradicional da natureza?



A Federação Russa, localizada na Europa Oriental e no Norte da Ásia, é o maior país do mundo em área. Parte dessa área é declarada “Territórios Naturais Especialmente Protegidos” (TNEP), uma categoria estabelecida há cerca de 100 anos e que, atualmente, é composta por mais de 13.000 áreas e cobre cerca de 11% do território russo. Porém, nos últimos anos, o governo enfraqueceu o regime de proteção em muitos TNEP, mesmo que a base legislativa para criá-los e mantê-los permaneça inalterada. A expressão “povos indígenas” na Rússia só se aplica aos povos com população limitada (até 50 mil). De acordo com registros oficiais, apenas 45 povos na Rússia são reconhecidos como indígenas, com 40 deles vivendo no norte, na Sibéria e no Extremo Oriente, principalmente na parte asiática do país. A maior parte das florestas da Rússia asiática é representada por árvores coníferas (pinheiro siberiano, abeto siberiano, lariço siberiano, e pinheiro escocês). Em russo, elas são chamadas de “taiga” e representam as florestas boreais. Quando se cortam florestas de taiga dominadas por coníferas, árvores de folha decídua, como a bétula e o álamo substituem as coníferas. As florestas dominadas por coníferas só voltam a crescer se não houver mais distúrbios nesses locais por, pelo menos, de 70 a 100 anos após o corte raso e a recuperação dominada por bétula e álamo.

Outra designação de terras muito usada na Rússia é a de “Territórios de Uso Tradicional da Natureza” (TUTN). A Lei Federal sobre “Territórios de Uso Tradicional da Natureza de Povos Indígenas do Norte, da Sibéria e do Extremo Oriente Russo” foi adotada em 2001. Seu Artigo 4º estabelece expressamente que um dos objetivos da criação de TUTNs é a “conservação da diversidade biológica nos territórios de uso tradicional da natureza”. A Rússia é o único entre os países do Ártico a ter esse tipo de legislação, o que poderia proteger esses territórios. Infelizmente, a legislação regional necessária para implementar esses territórios tem recebido pouca atenção. Terras destinadas a povos indígenas foram consideradas principalmente como sendo para atividades econômicas tradicionais com fins lucrativos (e não sociais ou ambientais). Assim, as leis provinciais de diversas regiões do país não costumam ter regulamentações destinadas a proteger a diversidade biológica dessas áreas, com a participação dos povos indígenas; ou, em alguns casos em que essas regulamentações foram incluídas, elas eram demasiado fracas, o que logo resultou em impactos negativos. Muitas terras “ancestrais” foram concedidas à extração industrial de recursos naturais, como petróleo, gás, ouro ou diamantes.

Se fosse totalmente implementada, a lei dos TUTNs seria capaz de proteger legalmente a maioria dos territórios indígenas na Rússia. Essa lei visa proteger o ambiente tradicional e de subsistência dos povos indígenas, suas formas de uso dos recursos naturais, a proteção das relações sociais e culturais historicamente desenvolvidas dos povos indígenas, a proteção da integridade dos objetos de herança histórica e cultural e

devem sustentar a reprodução e a proteção da biodiversidade.

As fronteiras de cada TUTN devem ser determinadas pelas autoridades federais, regionais e estaduais. A Lei Federal sobre esses territórios atribui um papel claro a membros e organizações indígenas das comunidades locais no estabelecimento de leis ou outras regulamentações para cada um deles. Embora as leis que regem o uso de recursos em um TUTN devam estar de acordo com as leis da Federação e dos governos regionais, os regulamentos desses territórios devem se basear nas tradições das comunidades indígenas que habitam cada um. As cláusulas parecem permitir a gestão comunitária de recursos ou a co-gestão com governos regionais, dependendo de acordos que possam ser feitos com esses governos. No entanto, outros residentes, empresas e organizações também podem usar um TUTN, desde que o uso seja permitido pelas regulamentações do território em questão. Não é dada propriedade das terras e águas dentro deles aos povos indígenas, mas eles têm direito de usufruir delas.

A implementação dos TUTNs tem sido tratada de forma diferente entre as regiões russas. Por exemplo, em 1992, nas regiões de Amur e Khabarovsk, eles foram estabelecidos para benefício dos povos indígenas Udege, Ulchi, Nanai e Orochi. Mas a iniciativa não conseguiu retirar os direitos de ocupação florestal de empresas madeireiras, como a Terneiles ou a Dallesprom, e violou os direitos que esses povos têm de usar as florestas. O resultado tem sido muito mais desmatamento e violação desses direitos.

Na região de Primorskii, os TUTNs foram alocados apenas no papel, mas não foram implementados na prática. Após a eleição regional de Primorskii, a nova autoridade decidiu usar esses territórios, que têm principalmente florestas de carvalho e pinheiro coreano, para atividades extrativas rentáveis. Eventos semelhantes ocorreram na Sibéria Ocidental, onde se decidiu atribuir territórios ancestrais nos distritos autônomos de Yamalo-Nenetskii e Khanty-Mansiiskii a empresas. Estas terras ancestrais, que ainda não estão totalmente demarcadas, são de grande interesse para as empresas de petróleo e gás.

O papel dos povos indígenas na conservação de uma grande variedade de florestas e da biodiversidade ainda não se refletiu suficientemente na legislação russa. Seu papel é mal compreendido. A esse respeito, é necessário um conjunto de novas medidas para melhorar a legislação, por exemplo, para preparar um programa de educação pública para TUTNs e reconhecer o papel dos povos indígenas na conservação da floresta. Também deve haver regulamentações para impedir o uso de terras nos territórios de uso tradicional da natureza para a mineração ou outras atividades extrativas.

Os TTUNs devem ser incluídos na Lei Federal sobre “Áreas Naturais Especialmente Protegidas”. A Lei Federal sobre o “Parecer Ecológico” (a Avaliação de Impacto Ambiental no país) deve acrescentar questões relacionadas à necessidade de parecer etnológico em áreas habitadas por minorias indígenas. Os apelos anteriores das comunidades indígenas para rever a implementação dos TUTNs demonstra sua compreensão sobre os objetivos da conservação da biodiversidade e seu interesse em cooperar no campo da proteção da natureza nos territórios de sua residência tradicional e onde eles realizam suas atividades econômicas.

Infelizmente, os TUTNs não usam seu potencial para combinar conservação da floresta e proteção do estilo de vida tradicional dos povos indígenas. Se implementasse melhor o conceito de TUTN na prática, a Rússia seria um bom exemplo para outros países em matéria de proteção da biodiversidade natural e das culturas tradicionais dos povos indígenas.

Andrey Laletin, Siberian Forests, laletin3@gmail.com

Índia: as lutas florestais na encruzilhada



Ainda é possível encontrar verdadeiras florestas e paisagens selvagens na Índia, algumas delas com uma antiga vegetação climática, apesar de devastação geral que essas paisagens sofreram nas épocas colonial e pós-colonial. Além das florestas tropicais nas ilhas Andaman, bem como os chamados Gates Ocidentais montanhosos do Himalaia e do nordeste da Índia, o país também tem muitas coníferas naturais, florestas de folhosas e temperadas cobrindo grande parte do Himalaia, a floresta decídua úmida Sal (*Shorea robusta*) do leste e do centro da Índia, a floresta decídua seca (principalmente teca – *Tectona grandis*) na Índia central e do sul e a floresta espinhosa dominada por babuls (goma arábica - *Acacia Nilotica*) do Deccan central e das planícies do Ganges ocidental. Os Adivasis (1), comunidades indígenas que vivem nas florestas da Índia, compartilham os habitats florestais com outras comunidades. Na maioria das áreas, as florestas ainda lhes oferecem comida e energia, bem como uma parcela importante de sua subsistência.

As florestas, no entanto, sempre foram espaços polêmicos na Índia. Inicialmente, receberam ‘melhorias’ para que se transformassem em terras agrícolas como geradoras de renda e em assentamentos humanos, antes e durante a era colonial. Mais tarde, foram fechadas e desmatadas para dar espaço a áreas mais ‘produtivas’, como as monoculturas e os projetos de ‘desenvolvimento’ – por exemplo, grandes represas, mineração, instalações militares e estradas. Na virada deste século, a política florestal oficial havia tendido à conservação, e se interrompeu o corte aleatório da vegetação natural. Isso, porém, não se traduziu em ajudas tangíveis para as comunidades florestais. Pelo contrário, a face conservacionista do manejo florestal do Governo fez coisas piores: nas novas ‘áreas protegidas’, como santuários da vida selvagem, parques nacionais e reservas de tigres, as pessoas perderam todo o acesso ao uso das florestas, enquanto as áreas florestais remanescentes continuavam a ser cortadas para ‘fins de desenvolvimento’.

Na Índia, comunidades florestais, movimentos sociais e alianças de base há muito tempo defendem as florestas e seu acesso e controle sobre os espaços florestais. As lutas têm se tornado cada vez mais difíceis. O partido direitista Bharatiya Janata Party (BJP) venceu as eleições parlamentares de 2014, marcando mais um divisor de águas na história das lutas pelas florestas. Seguindo uma agenda corporativa explícita, o novo ministro de Meio Ambiente e Florestas declarou que o desenvolvimento econômico do país não deve ser contido por razões ambientais. Posteriormente, esse ministério deu início a um processo para diluir a mais forte (e, portanto, mais polêmica) lei ambiental da Índia: a Lei de Direitos sobre a Floresta (Forest Rights Act, FRA). Nos últimos anos, as lutas dos povos e populações que dependem da floresta no país se concentraram na

aplicação dessa Lei. Esse foco conseguiu arrancar grandes avanços do governo anterior, do partido United Progressive Alliance (UPA), enquanto enfrentava forte oposição dos lobbies corporativo e de defesa da vida selvagem. As tentativas de diluir a lei representam uma enorme ameaça às lutas, concretamente, bem como na formação de diversas alianças subnacionais e nacionais.

Os esforços para agradar às grandes empresas começaram durante os últimos meses do governo da UPA. Olhando em retrospectiva, talvez se possa dizer que o excesso de ênfase dado à FRA por movimentos sociais e organizações populares teve um impacto cumulativo prejudicial sobre lutas dos povos e populações que dependem das florestas na Índia. No final das contas, as políticas ambientais do país são definidas e executadas por um Estado que acredita na hegemonia neoliberal sobre a natureza e os recursos naturais. Uma breve olhada no contexto histórico do surgimento da FRA e alguns eventos ocorridos desde então pode ser útil para compreender a dinâmica das lutas florestais no país.

A Lei conhecida como FRA define ‘florestas’ como todas as paisagens florestais e selvagens percebidas e usadas como tais pelas comunidades, independentemente de sua situação de propriedade/titularidade oficialmente registrada/reconhecida. Isso fez com que todas as formas de cerceamentos florestais (incluindo áreas de conservação oficiais) fossem abertas às comunidades. No entanto, ao definir as comunidades cujos direitos ela diz reconhecer e proteger, a Lei discrimina. Enquanto para membros de “Tribos Oficializadas” que vivem em florestas (tribos reconhecidas como tais pelo Governo de tempos em tempos), ela fornece uma data para provar sua residência na área mais recente, de Dezembro de 2005 (a Lei foi criada em 2006), no caso de Outros Habitantes Tradicionais da Floresta, exige-se prova de residência há três gerações (ou seja, 75 anos).

FRA: novos contextos para as lutas pelas florestas

Um lobby forte e estratégico de grupos ativistas, juntamente com um movimento popular, levou à maior mobilização sobre os direitos dos povos e populações que dependem da floresta que a Índia jamais vira. Isso resultou, em 2006, na aprovação da lei de “Tribos Oficializadas e Outros Moradores Tradicionais das Florestas”, mais conhecida como FRA ou Lei dos Direitos sobre a Floresta. A Lei, que entrou em vigor em 2008, deu um novo contexto às lutas dos povos e populações da floresta no país ao obrigar o discurso até então ‘marginal’ de quem possui e – no futuro – governará florestas a entrar no contexto político principal. Desde que o primeiro projeto de lei foi apresentado em 2005, as ONGs de conservação, uma parcela dos meios de comunicação indianos e até mesmo parte do Governo continuaram se opondo à proposta de lei porque ela supostamente destruiria a vida selvagem indiana que já vinha diminuindo, principalmente os tigres. Os ativistas favoráveis à lei, por outro lado, mobilizaram com sucesso a opinião política principal em favor do projeto, em especial a esquerda política. Eles também obtiveram um considerável apoio de grupos ambientalistas internacionais. No entanto, quando finalmente chegou, a nova Lei era uma versão diluída do projeto muito mais radical elaborado pela Comissão Parlamentar Mista constituída para essa finalidade. Grupos de base acusaram o Governo de sabotar a Lei, mas chamaram à preparação para uma longa luta por sua implementação, porque os movimentos temiam que os órgãos governamentais tentassem impedir que ela

fosse devidamente aplicada.

Apesar do enfraquecimento, a FRA foi uma lei verdadeiramente histórica. Ela admite que os Adivasis e outros povos da floresta na Índia que têm sido privados historicamente de seus direitos justos a proporcionar um mecanismo para o reconhecimento de um conjunto desses direitos, inclusive sobre posse e terras cultiváveis, propriedade de todos os produtos florestais não madeireiros, direitos de pesca e direitos da comunidade de como usar áreas para pastagens. Além disso, a Lei prevê a restauração dos direitos consuetudinários como o Nistar (direito de uso e coleta em terras comuns destinadas a esse fim) que sucessivos governos haviam violado desde a tomada gradual e, muitas vezes, pouco legal, do Estado sobre as florestas comunitárias/privadas, que começou em 1955, após a independência da Índia. Afirmar-se claramente que, sob a FRA, os direitos podem ser reivindicados em todas as formas de florestas, incluindo Áreas Protegidas, substituindo as disposições constantes de outras leis que possam negar esses direitos às comunidades florestais. Mais importante, a FRA dá poderes às instituições da aldeia, como o Gram Sabha (2) para governar suas próprias florestas comunitárias, bem como todas as outras florestas das quais elas dependem. De acordo com essa lei, as instituições comunitárias podem interromper qualquer projeto se ele prejudicar sua herança cultural ou natural, e podem tomar medidas para proteger e conservar as florestas, a vida selvagem e a biodiversidade. A “Luta pela Niyamagiri”, em que as comunidades locais pararam uma mina de bauxita no estado de Odisha, é um exemplo claro em que a lei foi usada com sucesso.

A luta pela Niyamagiri

Na cordilheira dos Gates Orientais, ao longo da costa leste da Índia, os Dongria Kondhs, uma comunidade Adivasi, resistiu a um ataque concertado pelo poder do Estado e de grandes empresas à sua roça comunitária, suas terras e suas florestas (e também sua colina sagrada chamada Niyamagiri – a morada do Niyama Raja). Os Gates Orientais sustentam vários tipos de florestas, incluindo a decídua úmida, decídua seca, perene seca, arbustos espinhosos e arbustos. Os Kondh disseram um firme não a todas as propostas de ‘desenvolvimento’ feitas pelo Governo, como a construção de estradas e empregos em fábricas e minas, e não desistiram, mesmo diante da repressão severa: os líderes do movimento haviam sido ameaçados, gravemente espancados e presos. O governo do estado de Odisha tentou tudo o que podia para fazer avançar o projeto de mineração de bauxita da Vedanta Ltd, a maior empresa de mineração e metais não ferrosos na Índia, com sede no Reino Unido. No entanto, não havia muito que o Governo pudesse fazer quando, em meados de 2013, todos os Gram Sabhas da área rejeitaram a proposta de mineração.

O Ministério de Florestas e Meio Ambiente havia retirado inicialmente a autorização ambiental para o projeto de mineração em 2009, citando o não cumprimento da FRA. Após os recursos chegarem ao Supremo Tribunal da Índia, tomou-se uma decisão histórica em abril de 2013, afirmando que os valores culturais e os direitos espirituais das comunidades locais têm de ser respeitados segundo os direitos previstos pela FRA. Ele determinou que os povos indígenas que vivem na área da Niyamagiri decidiriam se queriam a mina ou não. Além disso, também houve uma vigorosa campanha dentro e fora da Índia para defender os direitos dos Dongria Kondh sobre sua colina sagrada. Apesar de conflitos internos às vezes amargos e cáusticos, a campanha testemunhou uma rara união de movimentos sociais, agências doadoras e formações políticas. Embora a FRA tenha sido eficaz, neste caso, para salvaguardar os direitos dos Adivasi sobre suas terras, a expansão de um sistema impulsionado pelo crescimento econômico está roubando as florestas e os meios de subsistência deles e de outros povos rurais.

Implementação oficial da FRA: motivação política e antidemocrática

De um modo geral, no entanto, a implementação da Lei pelo governo se transformou em um exercício apressado, com motivações políticas e antidemocráticas, no qual as pessoas não tiveram qualquer papel. As disposições sobre direitos da comunidade sobre governança e uso das florestas foram prejudicadas. Ignorou-se o papel do Gram Sabha, a instituição central da FRA. Grupos ativistas alegam que o Departamento

Florestal, subordinado ao Ministério de Florestas e Meio Ambiente, havia influenciado e subvertido o processo de implementação da FRA em áreas de conservação da vida selvagem. Estava em curso um processo de ‘relocalização’ de aldeias nas áreas de tigres existentes e potenciais, violando a FRA e a Lei de Proteção da Vida Selvagem (emenda de 2006), que condicionava essas relocalizações a consentimento escrito, prévio e informado do Gram Sabha (o que só poderia acontecer após o processo de reconhecimento de direitos estar completo). A atitude dúbia do Estado com relação à questão dos direitos florestais reflete suas contradições políticas internas. As necessidades eleitorais práticas de obter os votos dos Adivasi e a política de contenção da crescente agitação política nas áreas afetadas pelos maoístas demandam a implementação da FRA. No entanto, outro conjunto de necessidades políticas exige que a floresta continue a ser um espaço estatal onde as comunidades possam ter, na melhor das hipóteses, um acesso ‘periférico’.

Qual o rumo das lutas florestais? O cenário pós-FRA

A repressão do Estado em áreas de floresta na Índia aumentou nos anos seguintes à promulgação da FRA, à medida que o governo indiano lançava uma grande ofensiva militar contra os guerrilheiros maoístas que operam em áreas com florestas densas, principalmente no corredor florestal leste-centro-sul, e controlam uma grande parte das florestas do país (3). Não se tentará fazer aqui uma discussão elaborada sobre o movimento maoísta. No entanto, é importante mencionar que os maoístas são conhecidos por usar as questões dos direitos florestais como estratégia organizativa para mobilizar os Adivasis e, onde quer que eles tenham criado zonas ‘liberadas’ (como em Dankaranya, na fronteira Chattisgarh-Andhra / Pradesh-Maharashtra), as comunidades têm aparentemente tomado as florestas. Em outras áreas dominadas pelos maoístas, como as florestas de Saranda, distrito de Singhbhum, estado de Jharkhand, funcionários florestais haviam abandonado seus escritórios.

Se levarmos em conta o movimento maoísta, os movimentos em florestas indianas têm agora duas tendências definidas. Uma, a campanha bem organizada e predominantemente violenta contra o Estado indiano liderada pelo maoísta Partido Comunista da Índia (CPI, por sua sigla em Inglês); a outra, um conjunto de diversos movimentos populares, pouco definido, muitas vezes mal organizado e, sobretudo, atuando localmente. Esta tendência inclui a Campanha de Sobrevivência e Dignidade (CSD, por sua sigla em Inglês), o Fórum Nacional de Povos da Floresta e Trabalhadores Florestais da Índia (NFFPFW, por sua sigla em Inglês), agora extinto – os grupos envolvidos no processo se reagruparam desde então em duas outras formações: Fórum de Movimentos Florestais de Toda a Índia (AIFFM, por sua sigla em Inglês) e União de Povos Trabalhadores da Floresta de toda a Índia (AIUFWP, por sua sigla em Inglês) – e outros grupos diversos. Apesar de sua natureza inerentemente anárquica e localizada, há uma tendência crescente entre os movimentos a assumir uma posição mais política sobre questões como a maneira de se envolver com um Estado cada vez mais militar e anti-povo e se as formas mais antigas de movimentos democráticos não violentos continuarão a ser eficazes diante da repressão estatal.

Apesar de suas críticas à FRA, os movimentos sociais não partidários da Índia se concentraram mais na sua implementação do que em qualquer outra coisa. Significativas mobilizações comunitárias em muitas partes do país, à medida que as pessoas tentam afirmar seu controle sobre as florestas, dão testemunho disso. Novas lutas surgiram em Jharkhand, Orissa, Bengala do Norte, Maharashtra, Uttar Pradesh, Uttarakhand, Gujrat, Madhya Pradesh e também em Tamil Nadu – todas as quais consideram a implementação da FRA mais como uma luta popular de longo prazo pelo controle das florestas do que como um processo burocrático. Os movimentos sociais agora enfatizam a necessidade de usar a FRA nas lutas presentes e futuras para combater a agressão do capital em áreas florestais e fortalecer o controle da comunidade sobre as florestas. A luta relativa a quem decide como as florestas serão usadas também está sendo cada vez mais vista como uma luta por uma ordem social melhor e mais justa, embora persistam diferenças e ambiguidades sobre as percepções políticas e importantes questões organizacionais estratégicas em níveis interno e externo aos movimentos.

Nem todas as forças que agem com relação aos direitos da floresta e reivindicam direitos comunais têm uma agenda tão abertamente política. Deve-se dizer que o processo de politização dos movimentos que lutam por florestas/recursos comuns funciona quase em paralelo a outro processo dominado por grandes ONGs e agências doadoras – o que, por casualidade ou deliberadamente, promove a despolitização das lutas.

A visibilidade crescente das grandes ONGs

Como movimentos mais politizados, as ONGs também estão tentando estabelecer alianças. Algumas perguntas permanecem sobre se (e como), em um contexto fortemente financiado, as formações de redes de ONGs poderiam conseguir estabelecer ligações com os movimentos sociais. E, mais importante, se essas formações, em última análise, só cumprem a agenda do Estado voltada a criar um tampão gerenciável da sociedade civil nas florestas indianas – um território que passou à influência do movimento de esquerda radical nos últimos anos. É possível que esses grupos, por tomar um caminho intermediário entre os movimentos de esquerda e o Estado, e defender reformas sociais apenas dentro da estrutura desse Estado, muitas vezes ocupem esse espaço de tampão. Isso poderia acabar diluindo as reivindicações políticas levantadas pelos movimentos sociais – principalmente a reivindicação de que as florestas sejam recursos comuns independentes, de propriedade das comunidades. Os movimentos sociais têm trabalhado de perto com grupos nesse campo, mas há dúvidas de que os resultados políticos e táticos desse trabalho conjunto jamais sejam plenamente alcançados. ONGs neoliberais do país estão agora visando diretamente o domínio dos “direitos florestais” – um conhecido think tank neoliberal, o Liberty Institute, está se empenhando na implementação da FRA.

Capital e Estado em luta: os desafios pela frente

A questão não é que a presença do capital nas florestas da Índia vá ser maior à medida que passem os dias nem que o Estado continue a enfraquecer e diluir a FRA para criar um ambiente favorável aos investidores. Em um contexto neoliberal, isso é o que se espera. A verdadeira questão para os movimentos é o quão bem e rapidamente eles percebem e internalizam as lições políticas da luta pela lei e sua implementação. Uma lição é que, se os movimentos não desassociarem sua estratégia política central do processo de implementação da FRA controlado pelo Estado e cada vez mais dominado por ONGs, é provável que eles deixem de ser politicamente visíveis. Essa visibilidade já é muito pequena quando se considera a expansão territorial enorme das florestas indianas e a diversidade das comunidades que vivem nelas. Isso, por sua vez, exige que os movimentos formulem essas estratégias políticas em primeiro lugar, tendo em mente um cenário em que o Estado não estará mais aberto a negociações, e as vantagens proporcionadas pela FRA desaparecerão de forma gradual, se não totalmente. A demanda pela expansão dessas vantagens (e a oposição a qualquer tentativa de solapá-las) tem que estar fortemente ancorada no entendimento político de que cada luta influente nas bases cria seu próprio contexto. Além disso, as lutas, como conjunto, não devem sofrer de uma compreensão desinformada e parcial sobre o que um Estado direitista neoliberal realmente é capaz de fazer. A estratégia central deve ser a de fortalecer as lutas existentes a partir de baixo, construir mais dessas ilhas de resistência e a seguir, ligá-las, primeiro politicamente e depois, organizativamente.

Soumitra Ghosh está associado ao NBFFPFW (North Bengal Forum of Forest People and Forest Workers) e ao AIFFM (All India Forum of Forest Movements).

E-mail: soumitrag@gmail.com

(1) Adivasi é um termo genérico para os povos indígenas heterogêneos na Índia.

(2) Tal como é definido na FRA, o Gram Sabha é a assembleia aberta de todos os adultos residentes em uma “gram” ou aldeia. Embora seja teoricamente convocada pelo Gram Panchayat, uma instituição de

autogoverno local em nível de aldeia ou pequena cidade na Índia, na FRA, o Gram Sabha é um órgão independente. Ele pode existir em todas as áreas florestais com população de Tribos Oficializadas que habitam a floresta e/ou outros de seus habitantes tradicionais, independentemente desses assentamentos florestais serem oficialmente reconhecidos como aldeias.

(3) Para obter informações sobre o atual movimento maoísta, consulte Chakrabarty S., Red Sun, Delhi, 2009, Roy A., Walking With the Comrades, Outlook India, <http://www.outlookindia.com/article.aspx?264738>, Nawlakha, G., Days and Nights in the Heartland of Rebellion, Reino Unido, 2012. Para a gênese do movimento maoísta na Índia, ver Banerjee, S., In the Wake of Naxalbari, Kolkata, 1980.

[index](#)

As florestas costeiras, ameaçadas pelo turismo



Nas costas tropicais e subtropicais da América Latina, principalmente no México, no Brasil e na maioria dos países centro-americanos e caribenhos, o desenvolvimento da atividade turística ocorreu em ondas sucessivas ao longo dos últimos 40 anos. Isso significou uma redução e uma degradação das chamadas ‘florestas salgadas’. As florestas costeiras incluem, entre outros, manguezais, florestas de praia, terrenos pantanosos de inundação periódica (florestas de marisma e de planície alagadiça) e terrenos pantanosos de água doce. No entanto, um dos ecossistemas mais afetados pela expansão do turismo residencial é o das florestas de mangue ou manguezais.

A construção de hotéis e residências na ‘primeira linha’ ao longo da costa tem acarretado, em muitos lugares, a reorganização do território costeiro para facilitar seu uso turístico. Isso fez com que áreas anteriormente ocupadas por florestas costeiras fossem destruídas pela construção de imóveis, por projetos de infraestrutura para facilitar o acesso entre áreas construídas e o mar, ou mesmo que fossem substituídas por outros ambientes naturais com base nos padrões estéticos sobre como deve ser a ‘paisagem turística’.

Desde a última década, o litoral do Pacífico na Costa Rica, por exemplo, tornou-se um dos epicentros turísticos na América Central. O rápido desenvolvimento de hotéis de praia e casas de veraneio está intimamente ligado ao mercado dos Estados Unidos. Junto com o turismo de cruzeiros, o turismo residencial transformou faixas da paisagem física, o que tem desalojado muitas comunidades pesqueiras, agrícolas e pecuárias das zonas costeiras (1).

Os ecossistemas costeiros

Os manguezais ou florestas de mangue são compostos por árvores ou arbustos lenhosos que, segundo a Rede Mangue Internacional – uma aliança de organizações de apoio às comunidades que vivem nos manguezais e deles dependem – “crescem e se desenvolvem em áreas entremarres e terrenos alagadiços dos deltas e estuários litorâneos, e estão localizadas em solos salinos, arenosos, lamacentos, argilosos, com baixo oxigênio e, às vezes, ácidos” (2). Os galhos que pendem dos manguezais afundam na terra, entrelaçando-se uns com os outros. Isso resulta em estruturas florestais sobre a água, muito densas, que servem de refúgio para um grande número de espécies e plantas, principalmente peixes, caracóis, conchas e caranguejos, além de aves. Os manguezais servem de base alimentar para as populações costeiras. As atividades de coleta costumam ser feitas pelas mulheres e representam o sustento alimentar de muitas famílias.

Estas florestas também protegem as formações coralinas, que se desenvolvem principalmente nas águas do Atlântico, funcionando como uma barreira para reduzir a carga de sedimentos que os rios arrastam. Essas formações são essenciais para a alimentação local e para a reprodução de várias espécies. Além disso, servem de barreira para amortecer o impacto de fenômenos naturais, como tempestades, tsunamis e furacões, cada vez mais frequentes e intensos em função das mudanças climáticas.

As florestas de praia, por sua vez, costumam estar acima da marca da maré alta em solos arenosos. Elas podem se juntar a terras dedicadas à agricultura ou às florestas de terras altas. Esses sistemas florestais costeiros são muito sensíveis a qualquer mudança. As vegetações de praia e de dunas de areia têm um papel importante na estabilização da terra e, assim, evitam a sedimentação em lagoas e rios costeiros. Também protegem as populações da invasão das dunas. As espécies animais predominantes são os caranguejos e os moluscos. As praias são importantes locais de reprodução para a tartaruga marinha.

As florestas em terrenos pantanosos de inundação periódica sofrem influência do movimento das marés e podem ser inundadas pela água doce ou ligeiramente salina duas vezes por dia. A amplitude das marés varia de lugar para lugar. As florestas são a cobertura vegetal natural de planícies alagadiças ribeirinhas. Essas planícies são reconhecidas como um dos ecossistemas mais produtivos, com uma vida selvagem rica em espécies.

E, por fim, as florestas em terrenos pantanosos de água doce permanentes têm solos constantemente úmidos e são caracterizadas por suas espécies de plantas mais ricas em nutrientes vegetais (3).

Consequências da destruição

O progressivo avanço do desenvolvimento turístico-residencial sobre a costa, em paralelo à expansão da indústria do camarão em outras áreas do litoral, é uma clara ameaça às florestas costeiras, principalmente os manguezais. A destruição dessas florestas é um dano ecológico de grandes dimensões e consequências, e aumenta a vulnerabilidade dos ecossistemas e das populações locais aos fenômenos naturais, em um contexto que deve se intensificar devido às mudanças climáticas.

A urbanização maciça e descontrolada da faixa costeira, juntamente com a proliferação da indústria hoteleira e portuária, causou, entre outras coisas, a erosão costeira. Isso afetou gravemente o Golfo do México e o Mar do Caribe, cuja expressão mais visível é o alarmante desaparecimento das praias da Riviera Maya, no México, denunciada pelo Greenpeace (4). Mas também avança em outras regiões, como na província de Guanacaste, na Costa Rica, segundo vêm alertando repetidamente organizações ecologistas como a Confraternidad Guanacasteca ou mesmo a Pastoral Social da Igreja Católica (5). A perda de florestas costeiras também acarreta sérios problemas de poluição da água de rios e córregos, bem como de praias e do

oceano, a destruição de solos e nascentes de água e a degradação dos habitats para a biodiversidade.

Por outro lado, a degradação desses ecossistemas também tem impactos sobre os meios de subsistência das populações costeiras, empobrecendo-as e dificultando sua manutenção em seus territórios de origem. Por isso, torna-se um fator de ‘descamponezação’ ao destruir as bases materiais sobre as quais se estabelecem e se reproduzem as comunidades costeiras. Por fim, em alguns lugares, a degradação e o desmatamento dessas florestas levou a um aumento dos conflitos socioambientais.

O turismo, longe de ser a ‘indústria sem chaminés’, como proclamam as grandes corporações e seus representantes institucionais, pressupõe um forte impacto ambiental e, portanto, social. Hoje, as florestas costeiras estão fortemente ameaçadas pelas atividades turístico-residenciais, juntamente com a expansão da indústria do camarão.

Ernest Cañada, Coordenador da Alba Sud

ernest@albasud.org

Notas:

(1) [Femke van Noorloos](#), ¿Un lugar en el sol para quién? El turismo residencial y sus consecuencias para el desarrollo equitativo y sostenible en Guanacaste, Costa Rica, Alba Sud, Opiniones en Desarrollo, no. 15, maio de 2013, www.albasud.org/pub/docs/58.pdf

(2) A Rede Mangue Internacional é uma aliança de organizações de base comunitária, composta por representantes de dez países latino-americanos (Brasil, Colômbia, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Peru e Venezuela). Tem como objetivo “defender manguezais e ecossistemas marinho-costeiros, garantindo sua vitalidade e a de populações usuárias ancestrais, que vivem em relação com eles, diante das ameaças e dos impactos das atividades com probabilidades de degradar o meio ambiente, alterar o equilíbrio natural ecológico e/ou violar os direitos humanos de comunidades locais”. Mais informações:

<http://redmanglar.org>

(3) FAO: La ordenación integrada de zonas costeras y el sector forestal. Página Web:

<http://www.fao.org/forestry/icam/4360/es/>

(4) Greenpeace México, Campañas: Turismo depredador,

www.greenpeace.org/mexico/es/Campanas/Oceanos-y-costas/Que-amenaza-a-nuestros-oceanos/Turismo-depredador/

(5) Ronal Vargas, Una mirada socio-económica a Guanacaste y su gente, Alba Sud, 22 de janeiro de 2013.

www.albasud.org/noticia/es/378/una-mirada-socio-econ-mica-de-guanacaste-y-su-gente

[index](#)

POVOS EM AÇÃO

Campanha “Não ao ProSavana”, na África do Sul

Durante a Cúpula dos Povos da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC, inglês) em Bulawayo, Zimbábue (14 a 16 de agosto de 2014), a União Nacional dos Agricultores de Moçambique, UNAC, membro da Via Campesina, destacou que o ProSavana, um megaprojeto de agronegócio em

Moçambique, que também envolve o Brasil e o Japão, “não é apenas uma campanha nacional, é regional”. A UNAC alertou que o ProSavana transformaria 14,5 milhões de hectares de terras agrícolas que atualmente são usadas por pequenos agricultores no Corredor de Nacala, no norte de Moçambique, em agricultura de monocultura industrial, impulsionada pelas corporações que visam a produção para exportação.

Leia mais aqui (em inglês):

<http://www.viacampesina.org/en/index.php/actions-and-events-mainmenu-26/stop-transnational-corporations-mainmenu-76/1650-no-to-prosavana-campaign-mozambicans-seek-regional-solidarity>

Veja, também, o artigo da Via Campesina denunciando como mulheres no Corredor de Nacala estão sendo impedidas de buscar lenha e outros produtos florestais, onde o ProSavana está sendo implementado (inglês):

<http://www.viacampesina.org/en/index.php/main-issues-mainmenu-27/women-mainmenu-39/1646-mozambique-women-prevented-from-fetching-firewood-and-other-forest-products-in-nacala-corridor>

[index](#)

Declaração da Cúpula dos Povos da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral: “Rejeitamos falsas soluções para as mudanças climáticas, impulsionadas externamente, como o REDD+”

A NO REDD in África! Network (NRAN) participou na Cúpula dos Povos da SADC em 2014, na cidade de Bulawayo, Zimbábue. A declaração final da cúpula traz fortes reivindicações aos chefes de Estado, entre as quais a “rejeição das falsas soluções para a mudança climática”. Chamam-se os governos a “rejeitar falsas soluções para as mudanças climáticas, impulsionadas externamente e embutidas, por exemplo, nas atuais propostas de REDD Plus, Revolução Verde e Agricultura Climaticamente Inteligente”.

Leia a declaração completa aqui (em inglês): <http://www.no-redd-africa.org/index.php/declarations/106-2014-sadc-peoples-summit-declaration-we-reject-externally-driven-false-solutions-to-climate-change-such-as-redd>

[index](#)

VI Conferência Nacional de Páramos e altas montanhas, Água para a Vida!, na Colômbia

A Amigos da Terra-Colômbia e CENSAT Água Viva colocam à disposição do público três áudios promocionais da Conferência de Páramos e Altas Montanhas, para chegar aos habitantes altoandinos. A Conferência convoca as comunidades altoandinas e as organizações camponesas, indígenas e sociais da Colômbia, a fim de abrir um espaço de reflexão e articulação popular para a defesa dos territórios de montanha. Faça o download dos áudios aqui (em espanhol): <http://censat.org/es/noticias/compartimos->

Caravana pela justiça climática, gênero e soberania alimentar cruzando Bangladesh, Índia e Nepal

Organizações camponesas que são membros da Via Campesina de Bangladesh, da Índia e do Nepal convidam as pessoas a participar de um uma caravana de 18 dias (10 a 28 de novembro de 2014) para aprofundar e ampliar as redes de movimentos de base no Sul da Ásia e construir a solidariedade internacional em torno da ação específica sobre as questões de mudança climática, gênero e soberania alimentar. Há 40 vagas para delegados internacionais e o prazo para inscrições é 1º de outubro. Veja mais informações aqui (em inglês): <http://www.krishok.org/caravan-info.html>

Abaixo-assinado contra a perseguição à defensora da terra e da água no Peru: Água, sim, mina, não!

Ao norte dos Andes peruanos, em Cajamarca, onde nascentes de bacia hidrográfica, florestas, páramos e seus rios constituiriam territórios de conservação, a maior mineradora da América do Sul, a Yanacocha, tenta impor um megaprojeto que viola os direitos da população local. Por mais de dez anos, Máxima Chaupe e sua família têm se recusado a vender suas terras para a mineradora, e foram brutalmente agredidas em mais de uma ocasião. Um juiz sentenciou Máxima a dois anos e oito meses de prisão, e a pagar 5.500 sóis como indenização para a mineradora, por suposta usurpação de terras. Estão sendo coletadas assinaturas para entregar uma carta da Rede Latino-Americana de Mulheres às autoridades competentes peruanas.

Assine o abaixo-assinado para que cesse a perseguição e a violência contra Máxima, aqui: www.salvalselva.org/mailalert/965/condenada-por-empresa-minera-maxima-es-inocente

RECOMENDADOS

Paraguai: Soja transgênica e violação dos direitos humanos. Após o golpe, vai se consolidando o poder real das transnacionais

A rápida expansão das monoculturas de soja transgênica no Paraguai – patenteada em 95% pela Monsanto – deixou um rastro de destruição e desolação. A soberania alimentar está em risco, bem como as vidas de milhares de famílias camponesas e indígenas, que cada vez mais são expulsas violentamente de seus lugares de origem e veem seus direitos históricos e ancestrais violados. O relatório mais recente da Aliança

Biodiversidade sobre os impactos da soja transgênica no Paraguai estima que, entre 1991 e 2009, o país perdeu mais de 3,2 milhões de hectares de floresta nativa, ou seja, 15,34% da área total. Leia a nota completa em (espanhol):

<http://nicaraguaymasespanol.blogspot.com/2014/08/paraguay-soja-transgenica-y-la.html>

[index](#)

Grupos de mulheres se encontram em paralelo à Cúpula dos Chefes de Estado da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (14 a 18 de agosto)

Mulheres de todos os cantos do sul da África foram a Bulawayo, Zimbábue, para participar na Cúpula dos Povos. Elas pretendiam compartilhar suas experiências sobre como foram afetadas pelas decisões tomadas por governos ou pelo complexo agrominerador colonial herdado, que continua a tomar terras para fins de extração. Mais importante, as mulheres se reuniram para construir e reforçar sua solidariedade, forjar alianças fortes e se comprometer com a luta para pressionar por um sistema de mudança.

Veja a nota completa aqui (em inglês): www.viacampesina.org/en/index.php/news-from-the-regions-mainmenu-29/1649-sadc-building-unity-and-solidarity-to-effect-a-system-change

[index](#)

Quando as florestas não são realmente florestas: o alto custo das plantações de árvores do Chile

De acordo com a Global Forest Watch, as florestas do Chile estão se expandindo. Concretamente, no entanto, a cena é diferente: monoculturas substituíram florestas naturais diversas e as plantações florestais ocupam agora 43% da paisagem centro-sul do país. A definição de florestas como plantações permitiu ao governo expandir as monoculturas em um ritmo acelerado, roubando os territórios dos povos indígenas Mapuche. Apesar disso, os Mapuches continuam uma luta intensa para recuperar seus direitos ancestrais à terra.

Veja a nota completa aqui (em inglês): <http://news.mongabay.com/2014/0818-gfrn-moll-rocek-chile-plantations.html#BJxeJr3mJSQJTxBp.99>

[index](#)

A African Biodiversity Network lançou o documentário “A maldição da mineração: Sítios Naturais Sagrados sob cerco”

O documentário (“The Mining Curse: Sacred Natural Sites Under Siege”) explica como, geração após geração, comunidades da África têm mantido e defendido seus Sítios Naturais Sagrados como locais fundamentais dentro de florestas, montanhas, rios e fontes de água, que são de importância cultural, ecológica e espiritual. Esses Sítios Sagrados vêm sendo protegidos por homens e mulheres desde tempos imemoriais.

No entanto, a busca cada vez maior do lucro econômico também já está saqueando recursos, principalmente onde há Sítios Naturais Sagrados, resultando em consequências devastadoras e de longo alcance, que ameaçam a vida de comunidades inteiras. As indústrias extrativas, principalmente a mineração, são um dos principais impulsionadores dessa destruição, profanando florestas, montanhas e leitos de rios, que são áreas normalmente associadas a Sítios Naturais Sagrados. O filme explora as lutas locais pelas vozes dos guardiões desses Sítios.

Veja o documentário completo aqui (em inglês): <https://www.youtube.com/watch?v=risspl Xas>

[index](#)

O “Estado dos Rios do mundo”, site da ONG International Rivers, ilustra a situação alarmante da Bacia do Rio Mekong.

Ao selecionar a Bacia do Rio Mekong do painel esquerdo onde diz ‘River Basins in Focus’, aparecerão informações detalhadas sobre a área.

O Rio Mekong é o rio mais longo do Sudeste Asiático e o décimo maior do mundo. Ele começa sua jornada no Planalto Tibetano, na China; alimentado pelo derretimento da neve do Himalaia tibetano, o Mekong desce por Mianmar, Laos, Tailândia, Camboja e Vietnã, antes de desaguar no Mar do Sul da China, no sul do Vietnã. Embora a bacia do Mekong seja uma das áreas mais ricas em biodiversidade do mundo, os governos da região estão determinados a construir dezenas de barragens no rio e em seus braços. Isso ameaça impactar de forma irreversível a sua infinidade de ecossistemas, bem como os meios de subsistência e a soberania alimentar de milhões de pessoas.

Acesse o site interativo aqui (em inglês): <http://www.internationalrivers.org/worldsrivers/>

[index](#)